

DIVERSIDADE X PATRULHAMENTO PEDAGÓGICO – a farsa da escola sem partido e o dilema da via única¹.

Eliseu Riscaroli²

Este texto é uma reflexão inicial sobre a ação da ‘escola sem partido’ sobre a construção do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular, tendo como reflexo o ataque a uma suposta ideologia marxista e de gênero presente no currículo e implementação de outra ideologia apartidária, se isso se configurar possível. O sistema educacional brasileiro apresenta falhas, lacunas e inadimplementos desde a Constituição Federal (CF) de 1988. Falhas que ao mesmo tempo são suas contradições por querer abarcar uma única forma de organizar, gerenciar, planejar e avaliar as ações que envolvem ensino, aprendizagens, políticas públicas, formação de professores, etc. e a construção de um consenso nacional sobre isso tudo, a nosso ver, quase impossível, e que ‘nega’ a diversidade já que se quer um só projeto. É bem verdade que tais investidas da elite empresarial educacional e agora da Escola sem Partido (ESP) acerca do currículo e da mercantilização do ensino, tem sua gênese no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e seu ministro Paulo Renato que promoveu abertamente a facilitação e expansão da rede privada de ensino. Tal prática começa a pôr em exercício princípios da conferência Educação para Todos (1994) onde a formação por competências que está intimamente ligada ao mercado de trabalho é mais importante do que uma qualificação determinada.

É essa visão que aparece no projeto de lei da ESP já aprovado em alguns estados e municípios: a educação como um produto que é consumido, logo seu criador defende que há uma relação comercial entre o aluno e a educação e alguém precisa ‘defender a parte mais fraca’, como foi argumentado por Nagib na câmara dos deputados em debate na comissão de educação em 2016. Entre as falhas e ou limitações está a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que após anos na espera foi apresentada pelo ministério da

¹ Este texto é uma reflexão inicial de uma proposta a ser desenvolvida durante a vigência do edital professor visitante no exterior, na Universidade Autônoma de Barcelona a partir de agosto de 2018 como parte das atividades do projeto apresentado a capes.

² Professor associado na Universidade Federal do Tocantins, campus de Tocantinópolis, cadeira de Filosofia da Educação (2003). Dr. em Educação pela UFSCar (2007). Pós doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal (2013).



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

educação. Não sem antes sofrer toda sorte de ataques da *Escola sem Partido* (ESP) e da bancada da bíblia no Congresso Nacional. Segundo Frigotto a ESP é um projeto com

“Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros” (Frigotto. Pg. 18. 2017).

Eu diria mais: um discurso de ódio contra partidos de esquerda; contra igrejas de matriz africana; contra princípios defendidos pelos movimentos feministas e de mulheres de decidir sobre concepção, aborto, gravidez; contra um sistema de produção menos predatório da natureza; contra a universalização da educação e saúde como serviço essencial do estado; entre outros.

Nestes tempos de pós verdade a ESP tem sido a alavanca pra desconstruir e destruir os princípios de uma educação justa, igualitária, democrática, laica colocadas como pedra angular na CF e na LDB.

“a ESP fala da “era da pós-verdade política”, “a crença em afirmações sentidas como verdadeiras”, mas que não têm nenhuma base nos fatos”. São inverdades reproduzidas, curtidas, compartilhadas nas redes sociais. O critério de verdade é abandonado em favor de rumores e opiniões que ajudam na difusão de inverdades e na organização das forças sociais com base em suposições (Ciavatta apud Penna. p. 09. 2017).

Ao se utilizar de uma linguagem idêntica ao senso comum, a ESP ganha adeptos com facilidade, pois não exige reflexão, apenas seguidores. Tal discurso se coadua desde 2004, ano em que foi criado como sendo a possibilidade de releitura da realidade sócio educacional no Brasil. Usa de uma linguagem parecida com as parábolas bíblicas que em tese são de fácil compreensão – aos que tem pouca instrução ou escolaridade ou como se costuma dizer pouco letramento, a história comove mesmo sem ser compreendida.

Aparece como base da argumentação de vários partidários da ESP, Movimento vem pra Rua e Movimento Brasil Livre (MBL) o ‘teórico’ Olavo de Carvalho que se intitula filósofo. Fixou residência nos Estados Unidos logo no início do governo Lula por acreditar que o Brasil ia se transformar numa segunda Venezuela. Faz palestras sobre astrologia, escreve em jornal, participa de eventos de vertente liberal conservadora. Define-se como crítico do kantismo, do hegelianismo, do marxismo, do positivismo, do pragmatismo, do nietzschianíssimo, da



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

psicanálise, do existencialismo, da teologia da libertação e do relativismo moral, cultural e ético. É autor do conceito ‘paralaxe cognitiva – uma espécie de auto engano coletivo’. Embora ele defina que sua filosofia não se enquadre em nenhuma categoria ideológica, muitos seguidores da ESP o tem como guru. Fazem crer que não ter uma definição clara os qualifica como sendo melhores. Como diria o velho ditado: quando não há vento, a biruta é inútil. Negar tudo não o coloca em melhor situação.

Estado da arte

A discussão sobre a BASE nacional é exigência do Plano Nacional de Educação. Todavia, a discussão com professores atuando em sala de aula foi a principal reclamação durante o processo. Ferreira (2017) tem sido uma voz na contramão da necessidade da base. Segundo ela, o Brasil já tem um conjunto razoavelmente suficiente de documentos que definem os conteúdos necessários ao ensino fundamental e médio.

Para Renato Janine Ribeiro (2017) a base nasceu com um defeito: “não se fez ouvindo os professores da sala de aula, queria definir metodologias (como ensinar) e questões específicas com a religião e o debate de gênero”. Pontua que nas últimas duas décadas houve avanços como ampliação de 8 para 9 anos no ensino fundamental, piso nacional, Pibid, ampliação de vagas na universidade. Reconhece que a participação dos pais na vida escolar dos filhos foi canalizada para as questões ‘da ideologia de gênero e da ESP, e não para as questões relacionadas à aprendizagem’.

Roberto R. Dias da Silva (2017) questiona o caráter normativo da base e o atrelamento desta ao ‘desenvolvimento de competências’. Adverte que o ministério cedeu ao chamado internacional que prioriza uniformização, avaliação em larga escala, responsabilização dos professores tendo em vista o aspecto mercadológico da educação. Salienta que é difícil definir ‘epistemologicamente’ o que seja ‘comum’ ou ‘nacional’. Assim, a BASE tende a ser um instrumento de centralização e homogeneização de práticas pedagógicas. Defende o conceito de “justiça curricular” tendo por princípios o tríduo conceitual de Fraser: *reconhecimento-redistribuição-participação*. Para ele a base não reconecta o currículo com a finalidade da escola porque se quer uma homogeneização. Quer-se uma base para desenvolver capacidades intelectuais ou para encaminhar os jovens à universidade e obter um diploma?



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

Esta base se posiciona na justaposição entre financeirização da vida e a primazia de saberes utilitaristas.

Para Andrade & Neves & Piccini (s/d) a BASE se configura como um polo de disputas, sobretudo dos grupos empresariais ligados a educação representados pelo “todos pela educação”, presentes no Movimento Pela Base (MPB), defensor do novo currículo homogeneizador e parceiro do Mec na proposição da principal estratégia de legitimação do processo “a consulta pública”, cujo objetivo central é consolidar o controle político a lá Althusser, já que grupos econômicos como Itaú, Natura, Fundação Lemann, Instituto Airton Senna, Fundação Roberto Marinho, Ambev, que financiam os trabalhos de ‘ong’s’ como Ação Educativa, Cedac e Grupo Mathema. Além disso:

A vulgarização do “vocabulário da reforma” pode ser considerada uma estratégia de legitimação eficaz na medida em que consegue “colonizar” o discurso, o pensamento educacional e se espalhar no cotidiano como demanda imprescindível da “modernidade”. (SHIROMA. CAMPOS. GARCIA, 2005, p.3)

Segundo as autoras, o MPB defende que a ausência de uma BASE é o que provoca as desigualdades regionais da qualidade da educação e esse pensamento traz fundamentos de Ravitch (2011) que alicerçou a reforma do sistema americano com foco em avaliações de larga escala.

O termo de Fraser ‘reconhecimento’ exige que algo, algum conteúdo ou saber seja reconhecido pra ser incorporado como parte do currículo. A alteridade e a diversidade são componentes desse algo a ser reconhecido. Seja pela via jurídica, seja na representação social dos grupos que compõe a sociedade.

A versão final da BNCC foi promulgada pelo ministro no dia 20 de dezembro de 2017, após análise do conselho nacional que retirou as questões que tratavam sobre gênero e sexualidade, mas reforçou o tema religião. Escolas deverão se adaptar em 2018 para implementá-la em 2019.

Diante disso, apresentamos algumas questões:

Primeiro: É necessária uma nova base? Com que argumentos? Não acreditamos que um novo documento resolva a questão crucial do sistema educacional brasileiro, qual seja, a qualidade da educação. Pra essa questão recorreremos a Ferreira:

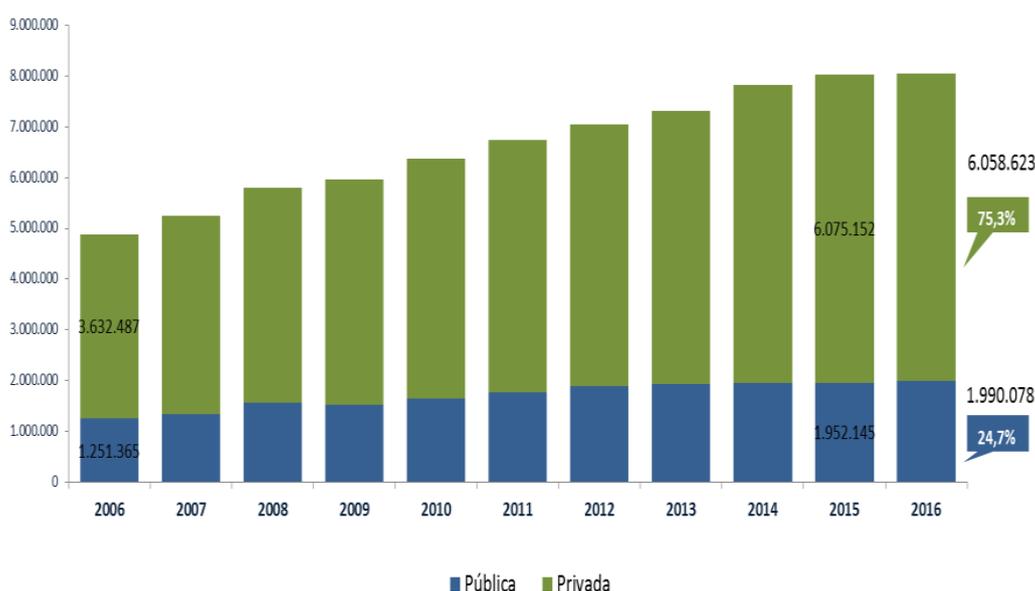


Secretaria Executiva do FNPE

“Para mim **NÃO**, não faz sentido político, social e muito menos educacional o propósito de “criar um novo currículo” de base comum para o Brasil, porque já existem inúmeros documentos oficiais brasileiros que tinham/tem o mesmo propósito e, pela falta de uma política de formação, implantação e monitoramento do imenso sistema educacional. Esses documentos viraram apenas papel impresso! Não acredito que dessa vez será diferente (CNTE, 2017, p. 309).

Segundo: outra questão diz respeito ao crescimento das instituições privadas cujo controle do ministério deixa a desejar. Mais de 75% das matrículas de nível superior são oriundas do sistema privado, conforme gráfico:

Gráfico 01- matrícula conforme rede de origem



Fonte: Ministério da Educação – Inep: censo da educação 2016.

Este fato também chama atenção da autora, no que concordamos plenamente:

“No atual debate sobre currículo escolar no Brasil, considero que é mais importante necessária e urgente reflexão qualificada sobre a política de multiplicação adotada como modelo de formação docente (e de outros educadores) em serviço (soares. 2010) do que um “novo currículo comum” [...] a história já evidenciou que a política de multiplicação não promove mudança de prática pedagógica-curricular, simplesmente não funciona! Há décadas, são gastos milhões em programas e projetos governamentais nas três esferas do poder público, na formação de professores, mas a baixa qualidade da educação se perpetua” (CNTE. 2017. p 314/5).

Tem se expandido, tomado corpo e se cristalizado aquilo que se convencionou chamar de “*currículo festivo*”, toda sorte de “projetos” desconectados de um projeto de escola que ao

longo do ano são descarregados na escola como forma de fazer educação diferenciada, pós moderna, com um discurso de qualidade. O professor perde seu tempo confeccionando dezenas de bugigangas (fantoques, cartões, quadros, pinturas, teatrinhos, oficinas,) para poder cativar a atenção dos alunos, com isso o essencial do currículo, o conteúdo e a aprendizagem qualificada, fica em segundo plano. Ao final e próximo das avaliações nacionais, faz-se um 'intensivão' – semana de estudo concentrado e de conteúdo 'formal' para revisar o conteúdo do currículo e assim não ficar com uma fotografia não tão ruim após as avaliações.

Terceiro: este quesito diz respeito ao conceito diversidade. De que estamos falando quando evocamos este conceito? Quando o termo surge e em que contexto? Pra nos ajudar a refletir sobre isso convidamos Lazaro:

“o termo diversidade tem o sentido de afirmar, positivamente, diferenças. Quando o termo é utilizado em educação, não se trata de quaisquer diferenças ou diferenças em geral. Diversidade em educação quer afirmar a presença de sujeitos de direitos para os quais e com os quais é preciso desenvolver estratégias que levem em conta a natureza dessas diferenças e desigualdades que, por processos históricos, políticos, sociais e culturais, foram impostos aos grupos que agora se reconhece como diversos” (CNTE. 2017. P. 417).

Aqui o direito a diversidade foi homogeneizado, “todos devem ter o mesmo currículo pra serem iguais”. É provável que o legislador não tenha tido essa premissa na formulação mas, ela se efetiva na escola, porque, entre outros problemas, é mais fácil um único currículo pra enquadrar os diferentes. Logo, a ESP aparece não pra garantir a diferença, mas pra proibir que a diferença se manifeste, seja na ideia, seja no corpo, seja na prática pedagógica.

Para tanto estabelecemos como objetivos do estudo os seguintes objetivos.

- 1- Identificar aspectos teológicos, racista e xenófobo-homofóbico no discurso e documentos da ESP;
- 2- Mapear a ação política dos personagens da ESP;
- 3- Estabelecer relação entre o discurso da ESP e metas mercantis dos índices da educação estabelecidas por entidades como OCDE, via PISA, bem como identificar estratégias conservadoras nas proposições da ESP;
- 4- Analisar a ação da ESP no PNE e BCCN.



Secretaria Executiva do FNPE

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Carolina Pires de & Neves, Rosa Maria Corrêa das & Piccini, Claudia Lino. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. S/D.

BRASIL. Ministério da educação. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação. Brasília. 2014.

BRASIL. Ministério da educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2017.

FERREIRA, Windz B. 20 anos depois de Salamanca: onde estamos e para onde vamos? Poíesis Pedagógica, Catalão-GO, v.13, n.1, p. 87-106, jan/jun. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

LAZARO, Andre L. de Figueiredo. A diversidade, a diferença e a experiência social. Revista retratos da escola. Brasília. CNTE. V. 7. N. 13. Jul/dez. 2013.

NEUTZLING, Inácio. A Base Nacional Comum Curricular – o futuro da educação brasileira. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Unisinos. N. 516. Ano XXII. 2017.



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>